

Ata da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em quatro de fevereiro de 2014, com início às quatorze horas e cinquenta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, convocando os presentes para entoarem o Hino Nacional. Na sequência, mencionou as reformulações efetuadas no plenário, visando à otimização dos trabalhos, ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE-** Ato da Presidência nº 1 promovendo a mudança no horário das sessões. Ofício nº 001/2014 convocando o suplente de Vereador Paulino Pereira da Luz para assumir, em substituição ao Vereador Marcio Pacheco. Ofício nº. 01/2014 do Vereador Paulo H. Porto Borges, pedindo licença do cargo por trinta dias, sem vencimentos. Ofício nº. 02/2014 da Presidência, convocando o suplente de Vereador Paulino Pereira da Luz para posse no cargo de Vereador, em substituição ao Vereador Paulo H. Porto Borges, licenciado. Ofício nº. 01/2014 do Vereador Jorge Bocasanta, informando que se licenciará do cargo por trinta dias, a partir de 6 de fevereiro de 2014, sem vencimentos. Edital de convocação de Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para o dia 27 de fevereiro de 2014, às 19 horas. Projeto de Lei nº 239. Projeto de Lei nº 240/2013. Subemenda 1 a emenda 2 ao Projeto de Lei nº. 173/2013. Projeto de Lei nº 1/2014. Projeto de Lei nº 2/2014. Projeto de Lei nº 3/2014. Projeto de Resolução nº. 1/2014. Projeto de Resolução nº 2/2014. Parecer favorável nº 738 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº. 223/2013. Parecer favorável nº. 758 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Decreto Legislativo nº. 12/2013, Parecer favorável nº. 760 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 230/2013, Parecer favorável nº. 761 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 220/2013, Parecer favorável nº. 762 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 222/2013. Parecer favorável nº. 763 da Comissão de Segurança Pública e Trânsito ao Projeto de Lei nº. 227/2013. Parecer Contrário nº. 764 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº. 216/2013. Parecer favorável nº. 765 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº. 231/2013. Parecer favorável nº. 766 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº. 229/2013. Parecer contrário nº. 767 da Comissão de Segurança, Pública e Trânsito ao Projeto de Lei nº. 216/2013. Parecer favorável nº. 1/2014 da Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais ao Projeto de Lei nº. 227/2013. Parecer favorável nº. 2/2014 da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº. 221/2013. Parecer favorável nº. 3/2014 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº. 238/2013. Parecer favorável nº. 4/2014 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº. 223/2013. Parecer favorável nº 5/2014 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº. 223/2013. Ofício nº. 46/2013 do Vereador Jorge Menegatti, expressando reconhecimento ao funcionário, Rafael Eduardo Felberg, técnico de informática deste Poder Legislativo. Ofício do gabinete do Executivo Municipal de nº.

599/2013, referente ao Veto Total ao Projeto de Lei nº. 097/2013. Ofício nº. 597/2013 do Executivo Municipal, referente ao Veto Total ao Projeto de Lei nº. 191/2013. Ofício nº. 584/2013 do Executivo Municipal, referente ao Veto Total ao Projeto de Lei nº. 093/2013. Ofício nº. 19/2014 do Executivo Municipal, referente Veto Parcial ao Projeto de Lei nº. 211/2013. Ofício SEAJUR nº. 482/2013 em resposta ao Requerimento nº. 319/2013. Ofício SEAJUR nº. 480/2013 em resposta ao Requerimento nº. 366/2013. Ofício SEAJUR nº. 481/2013 em resposta ao Requerimento nº. 367/2013. Ofício SEAJUR nº. 487/2013 em resposta ao Requerimento nº. 348/2013. Ofício SEAJUR nº. 489/2013 em resposta ao Requerimento nº. 368/2013. Ofício SEAJUR nº. 05/2014 em resposta ao Requerimento nº. 387/2013. Ofício SEAJUR nº. 06/2014 em resposta ao Requerimento nº. 385/2013. Ofício SEAJUR nº. 07/2014 em resposta ao Requerimento nº. 331/2013. Ofício SEAJUR nº. 492/2013 em resposta ao Requerimento nº. 363/2013. Ofício SEAJUR nº. 491/2013 em resposta ao Requerimento nº. 356/2013. Ofício SEAJUR nº. 01/2014 em resposta ao Requerimento nº. 383/2013. Ofício SEAJUR nº. 02/2014 em resposta ao Requerimento nº. 375/2013. Ofício SEAJUR nº. 03/2014 em resposta ao Requerimento nº. 380/2013. Ofício SEAJUR nº. 04/2014 em resposta ao Requerimento nº. 386/2013. Ofício nº. 125/2013 da ASSERVEL em resposta ao Requerimento nº. 362/2014. Ofício nº. 408/2013 da SANEPAR em resposta ao Requerimento nº. 330/2013. Ofícios do Ministério da Educação, num total de 36, informando a liberação de recursos as APMF's dos Colégios desta cidade. Ofício nº 30/2014 do Executivo Municipal em exercício, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei nº 216/2013, 219/2013 e 230/2013. Ofício nº 29/2014 solicitando desconsiderar os ofícios de nº 01/2014/MP, 02/2014/MP e 03/2014/MP. Ofício nº 03/2014 do gabinete do Prefeito em exercício, solicitando a retirada e a devolução dos Projetos de Lei nº 118/2013; 216/2013; 219/2013; 222/2013; 223/2013; 229/2013, 230/2013; 231/2013; 232/2013; 233/2013; 234/2013; 235/2013 e 1/2014; além do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 215/2013, do veto total ao Projeto de Lei nº 218/2013 e do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 211/2013, enviados pelos Ofícios de Gabinete nº 570/2013, 602/2013 e 19/2014, respectivamente; ao tempo em que solicitou também, a retirada e devolução dos Projetos de Lei nº 144/2013, 178/2013 e 236/2013. Ofício do gabinete do Prefeito em exercício sob nº 02/2014/MP solicitando a retirada imediata da pauta de votação dos projetos de Lei nº 118/2013, 216/2013, 219/2013, 222/2013, 223/2013, 229/2013, 230/2013, 231/2013, 232/2013, 233/2013, 234/2013, 235/2013 e 01/204. Ofício nº 01/2014/MP do Prefeito em exercício solicitando a retirada dos ofícios de gabinete nº 570/2013 (veto parcial ao Projeto de Lei nº 215/2013); nº 602/2013 (veto total ao projeto de Lei nº 218/2013) e nº 19/2014 (veto parcial ao projeto de Lei nº 211/2013). Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: João Paulo de Lima, Paulino Pereira da Luz e Romulo Quintino. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** - quando não houve qualquer solicitação, neste sentido. **ORDEM DO DIA** - O Presidente submeteu à discussão e votação as atas, relativas às sessões ordinárias 85ª, 86ª, 87ª e 88ª realizadas nos dias 09, 10, 16 e 17 de dezembro de 2013, respectivamente, bem como da 7ª sessão extraordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2013; as quais foram aprovadas pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão, o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos ao Substitutivo 1 ao Projeto de Lei nº 141/2013, usou da palavra o vereador Jorge Bocasanta. No ato propugnou para que o projeto em questão tivesse a chance, de ser

submetido à apreciação do prefeito, haja vista a sua relevância, pelo que pediu voto contrário ao parecer exarado. No uso da palavra, o vereador Jorge Menegatti afirmou que o substitutivo foi subscrito por cinco vereadores, rebatendo o argumento da inexistência de verba aprovada; ao tempo que lembrou o número gigantesco de acidentes de trânsito, bem como, o contributo do aludido substituto para sua diminuição; frisando que se tratava de ferramenta valiosa e, pediu aos nobres pares a derrubada do parecer; ainda que no futuro o projeto pudesse ser vetado pelo prefeito. Usou da palavra, o vereador Aldonir Cabral para afirmar-se favorável ao projeto pedestre seguro, tanto mais que as despesas para sua implantação já inclusas no PPA 2014 à 2017. No uso da palavra, o vereador Paulo Bebber pontuou que não conhecia nada tão eficiente para atuar como redutor de velocidade quanto o quebra mola. Grosso modo, comparou o modelo proposto a um quebra mola melhorado; além de conferir visual interessante para a cidade e, melhorar a acessibilidade. Em aparte, o vereador Jaime Vasatta, mencionou aprovação de 64 lombadas, sendo que destas apenas, 20 foram concretizadas. Na oportunidade, expressou sua preocupação, com o fato das lombadas não terem sido executadas pela CETTRANS, a despeito da facilidade de construção pela Secretaria de Obras. Discorreu sobre a importância do projeto; destacando sua contribuição para evitar acidentes graves. No uso da palavra, o vereador Paulino lamentou que um projeto desta envergadura fosse obstado pela Comissão. Na condição de educador, considerou o ser humano o bem mais importante e, afirmou que vidas agradeceriam a aprovação do projeto em tela. Em uso da palavra, o vereador Fernando Winter destacou a obrigação de legislar pelo bem comum; reiterando que o projeto era muito bom. Apontou dúvidas quanto ao artigo 9, no tocante as despesas, mas afirmou que após alguns esclarecimentos constatou que já estavam inseridas no PPA, pelo que pediu voto contrário ao parecer. Em uso da palavra, o vereador Claudio Gaitero, explicou os trâmites originais do projeto e justificou as razões do parecer contrário. Destacou que a Comissão incumbe tão somente à análise dos aspectos financeiros. Invocou a Lei de Responsabilidade Fiscal, lembrando que para geração de despesa são indispensáveis alguns itens, a saber: estimativa do impacto orçamentário financeiro, a declaração do ordenador de despesas; dentre outros. Apontou ainda, o artigo 165 da Constituição Federal que preceitua que este gênero de despesas é da competência do executivo. Inobstante reconhecer a relevância do projeto, finalizou acrescentando que o mesmo traria impacto negativo para o orçamento. Em aparte, o vereador Luiz Frare, asseverou que a Comissão se pauta exclusivamente dentro do que preceitua a Lei. Ademais, elencou alguns dos problemas apresentados, quais sejam: não citou a fonte de recursos capaz de suplementar tal despesa e não especificou com clareza a quem compete sua execução, se a Secretaria de Obras ou a CETTRANS. Em votação nominal, o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças ao Substitutivo 1 do Projeto de Lei nº 141/2013 foi derrubado por 14 votos contrários e 6 favoráveis. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Marcos Rios e Romulo Quintino; e contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Em discussão, o Substitutivo 1 ao Projeto de Lei nº 141/2013, usou da palavra o vereador Jorge Menegatti. Na ocasião, o vereador solicitou a exibição de vídeo para melhor esclarecimento da matéria. Na sequência, explicou que se tratava de

lombada alongada, capaz de reduzir os índices de atropelamentos, sobretudo em frente às escolas, a par de permitir melhor acessibilidade. Explicou que a CETTRANS possui competência para realizar os estudos técnicos, enquanto que a execução é da Secretaria de Obras; pelo que solicitou voto favorável ao projeto. Em aparte, o vereador Paulo Bebber discorreu inclusive, sobre a possibilidade de buscar apoio, junto ao governo do Estado e aos deputados, para viabilização do projeto, haja vista a sua importância. Em uso da palavra, o vereador Nei Haveroth lembrou que o objetivo principal da faixa elevada de pedestre não é conter a velocidade; mas sim permitir melhor acessibilidade. Nesta ótica, destacou o papel preponderante da educação em detrimento de outras medidas. Em aparte, o vereador Pedro Martendal mencionou a queixa das escolas especiais, sobretudo, no tocante a acessibilidade, razão do seu apoio ao projeto em apreço. Em uso da palavra, o vereador Gugu Bueno destacou o cumprimento do papel da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento e se opôs veementemente aos argumentos expendidos por alguns de que o parecer é sempre tendencioso em se tratando dos vereadores da oposição. Neste sentido propôs reflexão, sobre o tema e, solicitou voto favorável, em razão da relevância da matéria. Em 1ª votação nominal, o substitutivo 1 ao Projeto de Lei 141/2013 foi aprovado por 16 votos favoráveis e 04 contrários. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva, Walmir Severgnini e Marcos Rios e; contrários os vereadores: Claudio Gaiteiro, Robertinho Magalhães, Luiz Frare e Romulo Quintino. Em discussão o Projeto de Lei nº 118/2013, usou da palavra o vereador Gugu Bueno. O vereador Gugu Bueno, informou a destinação da área, qual seja, para a construção do CETRAD, em parceria com o governo do Estado do Paraná, disponibilizando cerca de 80 leitos para o atendimento de dependentes químicos; pelo que solicitou voto favorável. Em 1ª votação, o Projeto de Lei nº 118/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. O Presidente submeteu a discussão o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 146/2013, quando o vereador proponente solicitou o seu adiantamento por seis sessões. O vereador Pedro Martendal informou que o projeto foi protocolizado no mês de junho, pelo que se fazia indispensável promover alguns ajustes. Em discussão a solicitação de adiamento por seis sessões, usou da palavra o vereador Rui Capelão questionando a motivação do pedido de retirada, se o mesmo se deu em razão do parecer contrário ou devido à necessidade de maiores informações e ajustes. Na ocasião, o vereador Pedro Martendal explicou ser necessário promover alterações de alguns artigos; bem como, o seu aprimoramento. Destacou que em razão da relevância do projeto não se pretendia realizar emendas de afogadilho, motivo pelo qual optou por sua retirada na presente sessão, encarecendo a compreensão dos demais pares. Em aparte, o vereador Luiz Frare mencionou a existência do PAID. Em votação, o pedido de adiamento por seis sessões para apreciação do Projeto de Lei nº 146/2013, foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 185/2013, usou da palavra o vereador proponente. O vereador Fernando Winter solicitou a exibição de vídeo sobre o assunto. Destacou que a despeito da sua simplicidade, o projeto em comento visava adequar os guichês para os portadores de deficiência, dentro das especificações necessárias para o contato visual e auditivo, garantindo também, o direito ao consumidor. Expôs a exigência da adequação de ao menos um guichê, nestes moldes

em cada estabelecimento e, solicitou voto favorável, em face da necessidade de fazer algo concreto em termos de acessibilidade. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti se colocou a disposição para contribuir com a adequação, no segmento dos supermercados, reiterando apoio ao projeto. Em uso da palavra, o vereador Rui Capelão frisou a importância de tudo que vem em benefício das pessoas. Destacou a dificuldade de locomoção dos portadores de deficiência e se opôs ao comodismo, que por vez impede o tratamento igual para todos, inclusive na fiscalização e operacionalização destas medidas. Em aparte, o vereador Jorge Bocasanta defendeu a adaptação necessária de todos os locais, com primazia para os estabelecimentos públicos. Em 1ª votação nominal, o Projeto de Lei nº 185/2013 foi aprovado por unanimidade; sendo favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva, Walmir Severgnini, Marcos Rios, Claudio Gaitero, Robertinho Magalhães, Luiz Frare e Romulo Quintino. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 223/2013, o mesmo foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, sendo a primeira inscrição a do vereador João Paulo. O vereador João Paulo informou o reinício das atividades da CPI da Saúde; inclusive com reunião no dia anterior. Destacou que por ocasião do relatório final se fará o apontamento dos principais problemas da saúde do município, adiantando que de fato existem leitos, mas estes não são qualificados. Reafirmou a luta para tal e, inobstante o aspecto preventivo, frisou que não se pode descurar dos casos crônicos e daqueles nos quais as patologias já estão instaladas. Em aparte, o vereador Gugu Bueno discorreu sobre matéria veiculada no Jornal Hoje, nos dias 18 e 19 de janeiro de 2014, dando conta do repasse mensal para a 10ª Regional, na ordem de 5 milhões, efetuada pelo governo do Estado. Destacou o volume de recursos aportados e apontou como cerne das dificuldades, falha na operacionalização da central de leitos de Cascavel e, pediu maior transparência. Em aparte, o vereador Robertinho Magalhães cumprimentou os integrantes da CPI da Saúde e a repercussão dos trabalhos junto à comunidade. Informou que Cascavel terá o número de cirurgia de cataratas ampliado, a partir do mês de março, com o acréscimo de 500 procedimentos na área oftalmológica. Em aparte, o vereador Jaime Vasatta, questionou a expressão “leito qualificado”; destacando a luta constante da CPI da saúde e a impossibilidade de solucionar em caráter definitivo o problema, mas a intenção de ao menos minorá-lo. Protestando por questão de ordem, o vereador Robertinho Magalhães pleiteou a alteração da data da sessão ordinária de quinta-feira para sexta-feira, pela manhã; em razão da entrega de diversos maquinários pelo governo federal, por ocasião do Show Rural, ao que o Presidente não apresentou objeção, submetendo o assunto ao plenário. Considerando que não houve manifestação em contrário, notificou todos os presentes da alteração da data da sessão para o dia 7 de fevereiro, às 09:30 horas, com elaboração de ato da presidência, a respeito. Na oportunidade, o vereador Rui Capelão deixou consignado o pedido de dispensa da sessão ordinária, em razão de compromisso assumido anteriormente, com o deputado Rubens Bueno, em visita ao Show Rural. Afirmou que faria o comunicado oficial, oportunamente. Em uso da palavra, o vereador Paulino, disse de sua satisfação em ocupar a tribuna pela primeira vez. Destacou a entrega de 50 caminhões, por ocasião do Show Rural, para laborar nas estradas vicinais. Mencionou o Programa Minha Casa

Minha Vida, instituído pela presidenta Dilma, e sua importância para a aquisição da casa própria por parcela significativa da população brasileira. O vereador Paulino, valeu-se da oportunidade também, para convidar todos para a audiência pública, a ser realizada no dia 27 próximo; abordando a estrutura de todas as escolas, e em especial daquelas localizadas nos distritos, denominadas escolas compartilhadas; além de outras importantes questões; vez que integrante da Comissão da Educação, Cultura e Desporto. Destacou ainda, o papel relevante da escola em tempo integral, do plano de carreira para os professores, assim como da escola agrícola, haja vista a vocação da região. Em aparte, o vereador Nei Haveroth ofereceu as boas vindas ao vereador Paulino e, corroborou com a importância e necessidade de ampliar o número de escolas em tempo integral, no município de Cascavel. Na condição de próximo inscrito, usou da palavra, o vereador Romulo Quintino se posicionando como morador da região sul, mas especificamente do Jardim Universitário e, também como vereador. Mencionou a elaboração de requerimento de nº 240/2013, de sua autoria, pleiteando a instalação de uma unidade do Paraná Seguro, na região sul, entregue pessoalmente ao Secretário de Segurança Pública do Estado, Cid Vasques. Destacou o excelente trabalho realizado na área da Segurança Pública, mas inobstante isto citou o elevado índice de criminalidade e aumento da periculosidade na região, com a conseqüente migração da criminalidade para aquela parte da cidade. Mencionou encaminhamento de relatório sobre a questão, dando conta de mais de 30 ocorrências em 60 dias; informando ainda que protocolizará requerimento pedindo urgência na instalação de Unidade do Paraná Seguro, no Jardim Universitário. Na oportunidade, solicitou o apoio dos nobres pares para subscreverem junto. Em aparte, o vereador Claudio Gaitero parabenizou pela iniciativa e afirmou o seu apoio à causa e da segurança pública em geral. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e cinquenta minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário